



[Traduções]

Uma Carta Aberta para Arnold Harberger e Milton Friedman sobre o Chile

An Open Letter about Chile to Arnold Harberger and Milton Friedman

Andre Gunder Frank (1929-2005)

¹Doutor em Economia pela Universidade de Chicago (1957).

Versão original: Frank, A.G. An Open Letter about Chile to Arnold Harberger and Milton Friedman. **Review of Radical Political Economics**, v.7, n.61, p.61-76, 1975. Disponível em: <http://rrp.sagepub.com/content/7/2/61.citation>. Acesso em 22 maio 2024.

Tradução recebida em 06/05/2024 e aceita em 17/05/2024.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Resumo

Na carta, Gunder Frank analisa detalhadamente, no calor dos acontecimentos, as consequências imediatas das políticas implementadas pela Junta Militar chilena, que ascendeu ao poder após o golpe contra o governo de Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973. Sob os auspícios e a participação direta e decisiva da Escola de Chicago, por meio da atuação de figuras como Arnold Harberger e Milton Friedman, os destinatários da carta, e de seus discípulos, os “Chicago Boys”, Gunder Frank descreve essa experiência histórica fundante do neoliberalismo como um processo de genocídio econômico. Sob a defesa do “livre mercado”, tal processo teria articulado vastas privatizações, reprimarização econômica, forte concentração e centralização de capitais, sobretudo em mãos estrangeiras, destruição de estruturas e políticas sociais protetivas, acelerada distribuição de renda em favor do capital, superexploração do trabalho, tudo isso franqueado por grande violência contra a população trabalhadora e as forças políticas dissidentes, incluindo assassinatos, prisões e torturas em larga escala, entre tantas outras modalidades de terrorismo de Estado.

Palavras-chave: Ditadura Chilena; Neoliberalismo; Genocídio Econômico.

Abstract

In the letter, Gunder Frank analyzes in detail, in the heat of events, the immediate consequences of the policies implemented by the Chilean Military Junta, which came to power after the coup against the government of Salvador Allende, on September 11, 1973. Under the auspices and direct and decisive participation of the Chicago School, through the actions of figures such as Arnold Harberger and Milton Friedman, recipients of the letter, and their disciples, the “Chicago Boys”, Gunder Frank describes this founding historical experience of neoliberalism as a process of genocide economic. Under the defense of the “free market”, such a process would have articulated vast privatizations, economic reprimarization, strong concentration and centralization of capital, especially in foreign hands, destruction of protective social structures and policies, accelerated income distribution in favor of capital, superexploitation of work, all of this accompanied by great violence against the working population and dissident political forces, including large-scale murders, arrests and torture, among many other types of state terrorism.

Keywords: Chilean Dictatorship; Neoliberalism; Economic Genocide.

Para: Centro de Estudos da América Latina e Departamento de Economia, Universidade de Chicago.



06 de agosto de 1974
Dia de explosão da bomba de Hiroshima

Como um egresso da sua pós-graduação, eu estava, naturalmente, interessado em ler sua entrevista, Arnold¹, para o *El Mercurio* de Santiago, Chile. Conhecendo o tipo de trabalho que você tem dedicado à economia e aos economistas do Chile por quase duas décadas, eu não fiquei completamente surpreso em ler a sua declaração de que, sob a autoridade da presente Junta Militar, “o país tem sido capaz de superar o grande caos econômico em pouco tempo e a um baixo custo relativo”. *El Mercurio* anunciou que você também, Milton Friedman², foi até o Chile para ver o “milagre” em funcionamento. Eu gostaria de examinar mais de perto, com vocês, esse sucesso espetacular e, especialmente, seus custos para a população do Chile.

Sua entrevista reavivou memórias há muito esquecidas. De repente, recordei-me de quando o primeiro contingente de estudantes de economia chilenos chegou em nosso Departamento de Economia, no meio dos anos 1950. Eles tinham sido trazidos a partir de um convênio de longo prazo negociado (por você, Arnold, como eu me lembro) entre a Universidade Católica do Chile e o Departamento de Economia da Universidade de Chicago. Rapidamente, o Chile e a sua economia se tornaram assuntos da conversa diária no Departamento de Economia. Eu me lembro bem de como você e outros dos meus sábios e visionários professores falavam sobre suas viagens ao Chile e nos contavam sobre as tentativas absurdas, deste país subdesenvolvido, de viver para além dos seus meios subdesenvolvidos, por meio da manutenção de um setor público muito grande (anátoma no Departamento de Economia de *Capitalismo e Liberdade*, de Milton Friedman), de uma pesada burocracia e de um inchado sistema médico e de previdência social.

Muitos dos novos recrutas e dos recém-chegados estudantes de pós-graduação chilenos, como eu mesmo, fomos aprendizes e colocados para trabalhar como assistentes de pesquisa nos chamados “grupos de trabalho” [*workshops*]. O mais importante destes era o

¹ Arnold C. Harberger (1924-) foi professor do Departamento de Economia da Universidade de Chicago (1953-1991), membro da Academia Americana de Artes e Ciências (1972), membro da Academia de Ciências (1992) e presidente da Sociedade Americana de Economia (1997-1998).

[Esta e todas as demais notas de rodapé foram acrescentadas pelos tradutores].

² Milton Friedman (1912-2006) foi professor do Departamento de Economia da Universidade de Chicago (1946-1977), recebeu o prêmio de distinção nas Ciências Econômicas do Banco Central Sueco no ano de 1976 (popularmente conhecido como prêmio Nobel, mas que não figurava no testamento original de Alfred Nobel), foi assessor para assuntos econômicos do governo Ronald Regan (1983), além de apresentar um programa de televisão que massificava os preceitos da teoria econômica neoclássica, intitulado *Free to Choose* [Livre para escolher].



grupo de trabalho sobre dinheiro, dirigido por Milton Friedman, cujo trabalho coletivo foi posteriormente publicado sob sua supervisão editorial como *Estudos em Teoria Quantitativa da Moeda*.

Esse trabalho afirmava que se havia mensurado e provado que, historicamente, a oferta de moeda e o nível geral de preços teria mudado proporcional e simultaneamente (ou com uma pequena diferença), em concordância com a chamada Teoria Quantitativa da Moeda na formulação de Irving Fisher, feita nos anos 1920, na qual se postulava que $MV = PT$. Ou seja, a quantidade de dinheiro (M) multiplicada por sua velocidade de circulação (V) seria igual aos Preços (P) multiplicados pelas transações de quantidades de bens e serviços (T). Assim, de acordo com a teoria e com as mensurações de Friedman e companhia, a velocidade de circulação do dinheiro e a produção de bens e serviços não muda muito, ou de modo rápido. Com isso, os preços eram necessariamente determinados pela quantidade de dinheiro, daí o nome “teoria quantitativa”. Uma conclusão “tecnicamente necessária”, sem cunho político, que você, Milton Friedman, ainda tentava impor sobre todos nós, era de que a inflação não tinha nada a ver com a capacidade dos monopólios de ditarem a elevação dos preços (algo que você, Arnold Harberger, mediu e “provou” não existir, pelo menos, nos Estados Unidos), mas resultava simplesmente do excesso de dinheiro. Especialmente aquele criado por meio do gasto do Estado, cuja redução, por sua vez, era o principal objetivo que o preocupava no grupo de trabalho sobre finanças públicas, Arnold Harberger. Lembre-se que foi nesse grupo, aliás, onde você me colocou para trabalhar. A tarefa que você me deu foi mensurar a taxa de lucro obtida pelo capital, nos Estados Unidos, que você pensou que deveria estar entre 6% e 10%. Porém, imediatamente, eu encontrei uma taxa de lucro de mais de 30% em uma indústria (drogas e cosméticos) e você pensou que eu não devia ter medido direito. Nosso grupo de trabalho, no qual muitos de nós eramos estudantes de pós-graduação, chilenos ou não, fomos devidamente instalados no subsolo do prédio das Ciências Sociais, localizado no número 1126 E. 59th St., Chicago, Illinois, cuja pedra fundamental estava escrita, e ainda presumo que esteja legível, “Ciência é Medição”.

Eu também lembro quando deixei prematuramente seu grupo de trabalho porque não podia engolir as medições necessárias segundo seu padrão científico. E também lembro o que você me falou quando nos separamos: eu nunca poderia ser um economista, ao menos do seu tipo, e poderia me dar bem procurando dar aulas em alguma pequena faculdade liberal. Esse conselho gratuito refletiu mais do que seu julgamento pessoal. Ele refletiu e



coincidiu com os do Departamento de Economia da Universidade de Chicago, sob a liderança e direção de Milton Friedman e Ted Schultz ³ (*Transformando agricultura em agroindústria*). Essas figuras procuraram inculcar em gerações de estudantes a convicção que eles não deveriam ler para informarem a si mesmos sobre o mundo (ou não ler além do capítulo 3 de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, ou das notas de rodapé dos *Princípios de Economia*, de Alfred Marshall). Ao invés disso, deveriam apenas adquirir e aperfeiçoar um conjunto de ferramentas requeridas para medir o mundo em equilíbrio parcial. Já alguns anos antes, ao realizar os exames de qualificação em teoria econômica (campo de Milton Friedman) e finanças públicas (campo de Arnold Harberger), depois de nove meses de estudo, ao invés dos usuais dois anos, a notificação oficial do Departamento [de Economia] de que eu havia passado nesses exames para o nível de doutorado estavam acompanhados de uma carta aconselhando-me que, em meu próprio interesses, bem como do deles, seria melhor eu não continuar meus estudos no Departamento, pois, no longo prazo, não era esperado que eu os concluísse.

Mais tarde, o Departamento aprovou o meu projeto de tese como aceitável, mas, privadamente, ofereceu a opinião que eu não deveria dar continuidade a ele porque eu certamente não seria habilitado para conduzi-lo de forma satisfatória. Na opinião do Departamento, o projeto estava totalmente correto, mas o que não estava correto era o candidato ao título de doutor no Departamento da Economia da Universidade de Chicago. Ele não estava à altura.

Eu também me recordo, Arnold, que depois de nós dois termos ido ao Chile e lá nos casarmos com nossas respectivas esposas chilenas, nos encontramos uma vez em um almoço de economistas no clube de empresários de Santiago. Eu recordo como, depois do almoço, indo de carro para a Universidade Católica, onde você estava atuando oficialmente - a qual, naquele momento, eu sabia que não era a Universidade do Chile, mas a *universidade reacionária*, bastião da burguesia e da classe média alta chilena -, você tentou me persuadir que o preço das tarifas dos ônibus municipais não estava igual ao custo marginal dos serviços de transporte num mercado livre e, portanto, eram ineficientes e contra o interesse público. Um microargumento que era parte de um argumento maior, que eu já havia ouvido na Universidade de Chicago, de que o efeito da seguridade social e outras conquistas

³ Theodore William Schultz (1912-1998) foi professor do Departamento de Economia da Universidade de Chicago. Recebeu o prêmio de distinção nas Ciências Econômicas do Banco Central Sueco no ano de 1979.



significavam distorções que interferiam e desequilibravam a liberdade do mercado. Minha resposta para você, de que essas poucas medidas populistas restauravam as pessoas apenas uma pequena parte da exploração que eles sofrem no curso da operação normal do sistema de mercado capitalista, sem dúvida confirmou seu julgamento de vários anos atrás, quando se despedia de mim, segundo o qual eu era incorrigível e simplesmente incapaz de encontrar para você as suas medidas normais de equilíbrio.

Nossos caminhos se dividiram mais uma vez. Você continuou pregando as glórias do livre mercado para gerações de estudantes daquele que já era o mais reacionário Departamento de Economia no Chile, e organizou o treinamento de especialistas “técnicos” nos Departamentos de Economia da Universidade Católica do Chile e da Universidade de Chicago (cada um o mais reacionário em seu respectivo país), com a esperança de que os chilenos fossem capazes de transmitir sua sabedoria para outros sem necessitar da continuidade do conselho técnico dos colegas estadunidenses.

Eu devotei meus estudos, por outro lado, para o campo do desenvolvimento do subdesenvolvimento no Chile e na América Latina, por meio da sua dependência de capital externo, particularmente norte-americano, e da cumplicidade das burguesias locais monopolizadoras. Em contraste com os seus, meu trabalho político e econômico me colocou em contato crescente com as pessoas e as forças que, em sequência, compuseram o governo da Unidade Popular de Salvador Allende, entre 1970 e 1973, bem como com a oposição de esquerda fora do governo e extraparlamentar. Assim, por exemplo, foi Clodomiro Almeyda, depois Ministro das Relações Exteriores, que em 1967 conseguiu meu retorno ao Chile para trabalhar na Universidade Nacional do Chile (não a Católica). Foi Pedro Vuscovich, depois Ministro da Economia, e Salvador Allende, então presidente do Senado, que vieram até o aeroporto, no meio da noite, para autorizar minha entrada no Chile, pois, após a minha chegada em 1968, com um passaporte oficial das Nações Unidas, eu fui imediatamente detido e conduzido ao chefe da polícia política, que, enquanto me interrogava, mostrou seu grosso arquivo da CIA sobre mim, e ordenou que eu fosse imediatamente levado para o aeroporto e posto no próximo voo para fora do país.

Eu também não podia visitar você e comunicá-lo nada disso pessoalmente, porque, desde que eu deixei os Estados Unidos para a América Latina, em 1962, o governo norte-americano tem reiteradamente recusado minha reentrada no país da liberdade, sob o argumento de que também em meus dias de estudante de pós-graduação eu havia recusado



a “servir” em suas forças armadas durante a Guerra da Coréia (o Vietnã da minha geração), e que, desde então, eu tenho escrito, publicado (e não publicado!) coisas, e tudo isso provou, para a satisfação do Procurador Geral dos Estados Unidos da América, que minha presença não era do interesse do país, e que, além disso, constituiria uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos da América!

Então, eu lhe escrevo, estimulado pela entrevista que você, Arnold, recentemente concedeu ao *El Mercurio* de Santiago, Chile, publicada na sua edição de 14 de julho e reproduzida na sua edição internacional de 15-21 de julho de 1974. A coincidência entre as suas visões e aquelas do *El Mercurio* não é, evidentemente, nenhum acaso. Seus singelos vinte anos de trabalho devotado a uma causa comum é, claro, apenas modesta comparada com aquela do *El Mercurio*, que foi fundado em 1827, e desde então havia defendido os interesses da classe dominante chilena, mas também dos britânicos e agora dos americanos. Seu atual dono, Augustin “Dunny” Edwards, é vice-presidente da Pepsi Cola Company, cujos escritórios nos Estados Unidos o abrigaram em sua fuga imediatamente após as eleições de Allende. O avô de Dunny, Augustin Edwards, também havia propagado e financiado a contrarrevolução militar de 1891 contra Balmaceda, que constituía um governo relativamente progressista no Chile, e que havia ameaçado nacionalizar as então importantes minas de salitre, de propriedade britânica. Dunny indicou Fernando Leniz como seu substituto como diretor do *El Mercurio* durante seus anos de ausência depois de 1970, o qual, depois de trabalhar duro para derrubar Allende, fora indicado pela Junta Militar como seu Ministro da Economia.

Pouco antes dessa indicação, em 2 de novembro de 1973, *The Wall Street Journal* havia escrito em sua coluna “Revisão e Panorama”: “um conjunto de economistas chilenos que estudaram na Universidade de Chicago, que era conhecida como ‘Escola de Chicago’ em Santiago, estão ansiosos para serem liberados. Também este poderia ser um experimento que assistiríamos com interesse acadêmico”. O ministro Leniz os trouxe para o governo e os liberou para atuarem sobre a economia chilena. Como eles são apenas “tecnocratas”, eles têm que formar uma equipe harmoniosa com os conselheiros políticos e os ideólogos da Junta Militar. De acordo com o *Financial Times*, edição de 19 de outubro de 1973, o chefe deles é Jaime Guzman, membro da organização fascista e terrorista “*Patria y Libertad*”, e também professor da Universidade Católica [do Chile], que rascunhou os primeiros decretos que declaravam o governo Allende como “ilegítimo”, e foi indicado para a comissão



encarregada de esboçar a nova constituição para um Estado corporativo. Ele e seus colegas ideólogos não foram treinados na Universidade de Chicago, mas antes foram preparados para exercer suas novas obrigações pela Opus Dei, a notória sociedade semi-secreta da Espanha fascista de Franco. Outro “conselheiro” - alocado na DINA, a Gestapo da Junta Militar -, é Walter Rauff, cuja extradição a Alemanha exigiu, mas não conseguiu, por conta de suas atividades nazistas como capitão da SS e comandante de dois campos de concentração.

De acordo com os editoriais de *El Mercurio* intitulados “Estatuto Constitucional”, “Reconstrução do Estado” e “Um Estado Eficiente”, publicados em junho de 1974,

uma das mais delicadas e transcendentais tarefas do governo da Junta é precisamente a reconstrução do Estado, que significa dotar as forças políticas do país com atribuições bem definidas e com autoridade necessária para alcançar o bem comum. Esse é o papel fundamental do governo da Junta e isso exclui (como general Pinochet também declarou em sua própria entrevista no mesmo jornal) em si mesmo a ideia de que o poder do atual regime será transitório [...]. O requisito primordial de um governo com ações mais executivas, coordenadas e eficientes é precisamente a inflexibilidade na condução da política econômica e fiscal da Junta.

Assim, há tanto uma longa tradição quanto uma racionalidade que estão presentes na entrevista que você tão generosamente concedeu e que o *El Mercurio* tão orgulhosamente publicou e dedicou uma manchete de quatro colunas em uma página inteira.

Arnold Harberger, qual medida, para não mencionar qual ciência, você utilizou para chegar à sua afirmação ao *El Mercurio* de que

eu estou realmente surpreso que o país tenha sido capaz de superar um caos econômico tão grande em tão pouco tempo e a um custo relativamente baixo [...]. O salário mínimo está, agora, ao nível que era em 1970, em termos reais, o que é mais alto do que era durante o último período do governo anterior [...]. A presente taxa de desemprego é normal, se nós considerarmos o momento do qual o país está emergindo [...]. Penso que não havia alternativa a[o imediato estabelecimento da] liberdade de preços.

O controle de preços no Chile não foi inventado pelo governo anterior. Ele foi estabelecido trinta anos atrás pelos governos de Pedro Aguirre Cerda e Juan Antonio Rios, e tem sido mantido e usado por todos os governos civis, mesmo que de direita, desde então. “Liberdade” de preços tem significado uma elevação de mais de cinco vezes nos preços desde setembro, de acordo com a própria Junta Militar (todos os percentuais anuais de inflação anteriores se tornaram sem sentido); enquanto os preços dos bens necessários de consumo de massa, especialmente alimentos, tem subido dez e quinze vezes. O preço do pão, para o



qual a demanda aumenta com a elevação dos preços de outros itens para além do alcance do consumidor, subiu vinte e duas vezes em relação ao seu nível em setembro de 1973. Em março de 1974, para uma família com um “salário de subsistência” (*sueldo vital*), o pão custou 40% da sua renda. Tarifas de ônibus, um dos seus preços favoritos [Harberger], tinham, em fevereiro de 1974, subido dez vezes em relação a setembro de 1973, e, em maio [de 1974], foram dobrados novamente, de forma que, num mês normal, o deslocamento com ônibus municipal da casa para o trabalho (ou quatro ônibus diários) custa, agora, 6.000 escudos ou entre 33% e 50% do “mínimo de subsistência” (*sueldo vital*) oficial para sustentar uma família. Assim, o pão e a tarifa de ônibus abocanham, sozinhos, 80% da renda dessa família, deixando o restante para as despesas “vitais”⁴.

Como você sabe, o salário “mínimo” não é, no Chile como na maioria dos países subdesenvolvidos ao longo do globo, uma medida razoável do salário real, sendo menor a renda recebida por aqueles que não estão cobertos pela legislação ou, nesse caso, pelo decreto. Recordemos os cálculos cuidadosos de Michel Chosudowsky (também da Universidade Católica, aí mimeografados em janeiro de 1974 e, portanto, provavelmente conhecidos por você!) e as conclusões que ele deriva de suas estimativas da renda, aos preços de novembro de 1973, que seria necessária para restaurar a uma família do estrato mais baixo de renda seu poder de compra do ano 1968/1969 – ou seja, depois do declínio durante 1966, na administração da Democracia Cristã, e antes do aumento de renda experimentado durante o governo da Unidade Popular de Allende:

Em outras palavras, a renda total de 31.210 escudos permitiria a uma família de cinco pessoas (na grande Santiago), e considerando os preços de novembro de 1973, um padrão de vida de uma família do mesmo tamanho que recebia o mínimo indispensável (*sueldo vital*) e assistência à família (seguridade social) no ano de 1968/1969. *Embora isso [representasse] o equivalente a um reajuste [aumento] da renda familiar mínima de quase 100% de seu valor atual de 16.320 escudos, isso não ofereceria uma solução para os problemas de desnutrição e pobreza no estrato mais baixo de renda* (grifos de Chosudowsky).

/ Em outras palavras, o estrato mais baixo da renda experimentou em outubro de 1973 uma queda de 48% do seu poder de compra real com respeito a 1968/1969. Diante do aumento substancial do poder de compra dos grupos de renda mais baixa sobre o governo da Unidade Popular, a queda do poder de compra, em outubro de 1973, excedeu 15% com respeito ao nível de janeiro de 1973 (CHOSSUDOVKY, 1974, p.20-21) /⁵.

⁴ Em inglês, o autor usa de forma irônica a expressão “living expenses”, mostrando a clara contradição entre o salário de miséria e as despesas para “viver” (to live).

⁵ Esta e as demais passagens entre barras - / ... / - foram acrescentadas pelo autor em 24 de fevereiro de 1975.



Arnold Harberger, você também parece não ter ouvido diretamente da fonte, Fernando Leniz, Ministro da Economia e ex-diretor do *El Mercurio*, que explicou em sua entrevista para *Ercilla*:

A raiz do problema é que durante os anos da UP [Unidade Popular], eles ganharam salários que resultaram num nível de consumo que a capacidade produtiva do país não poderia manter.

Ercilla - O fato é que o declínio do poder de compra é também grande, ficando abaixo do nível de 1970.

Leniz - Sim, porque o gasto foi elevado de forma tão extremada que foi impossível manter o consumo em 1970.

A revista jesuíta chilena, *Mensaje*, publicou um artigo de Ruiz Tagle, de acordo com o qual foi estimado que os preços dos bens de consumo essenciais cresceram, durante os primeiros três meses do governo da Junta Militar, entre 400% e 500%, e que os salários, em dinheiro, cresceram apenas 67%, não obstante o salário “mínimo” legal. O CEPCH (Confederação dos Empregado Privados do Chile) reclamou, em 7 de dezembro de 1973, que seus membros sofreram um declínio de 60% no seu poder de compra sob o governo da Junta Militar. Então, veio o “reajuste” dos salários em dinheiro, promovido pela Junta em janeiro de 1974. Desvendando as porcentagens, índices e multiplicações contraditórias do governo (depois de a Junta ter trocado os velhos funcionários conservadores do Instituto Nacional de Estatística por novo “especialistas técnicos”), Franz Hinkelammert, (agora reconhecidamente ex-)professor da Universidade Católica do Chile, calculou uma perda dos novos salários reais decretados de 37%, quando comparados com aqueles praticados depois do último reajuste, em outubro de 1972.

Os novos reajustes foram imediatamente seguidos por uma nova subida exponencial dos preços em fevereiro e março – a inflação oficial nos primeiros quatro meses de 1974 foi de 87%, sobretudo nos alimentos –, de modo que o aumento fictício dos salários em dinheiro foi, rapidamente, corroído. / Em março de 1974, a política implementada nos setores públicos e privados gerou, “em termos das rendas”, segundo nossas estimativas sugerem, as seguintes tendências: 1) a renda real do grupo de menor rendimento havia caído mais de 60%; 2) a renda real do grupo de rendimento médio havia caído cerca de 75%; 3) a renda real de quase todos os grupos do setor público havia caído aproximadamente 60%. Esses resultados sugerem que o grupo “salários e ordenados” havia experimentado um declínio geral de pelo menos 60% a 65% no seu poder de compra, como resultado da política da Junta de “liberação dos preços e congelamento dos salários” (CHOSUDOWSKY, 1974, p.22-3.). Segundo o autor,



diante da estimativa de queda no poder de compra real e no drástico declínio nos valores reais do salário-mínimo (*sueldo vital*), nossas estimativas sugerem que 85% da população chilena estava, em março de 1974, abaixo da linha da pobreza, enquanto o estrato de menor renda (menos de dois salários-mínimos), que representa aproximadamente 60% de todas as residências (em particular os trabalhadores de colarinho azul), está atualmente em condições de extrema pobreza e desnutrição (CHOSUDOWSKY, 1974, p.20-1)

Dada a estimativa de declínio no poder de compra, que afeta mais de 80% dos que vivem de renda (salários e ordenados), podemos satisfatoriamente inferir desses dados [...] que pelos menos 25% da renda total foi transferida dos grupos de renda menor e média para os 5% do extrato de renda superior. Em outras palavras, os 5% mais ricos tem crescido sua participação na renda de 22,7% (CEDEM, 1967) para, aproximadamente, 50% da renda total (CHOSUDOWSKY, 1974, p.27-30). /

Sem mencionar que, enquanto a construção de casas públicas destinadas aos mais pobres declinou acentuadamente em 1974, a construção de casas particulares (de alta renda) ampliou em relação ao ano anterior (*Mercurio*, 8 de fevereiro de 1975). Sem mencionar que os itens cujas importações mais aumentaram foram motocicletas, equipamentos de som e vários itens de luxo – com exceção, claro, dos equipamentos militares para sustentar o aparato repressivo.

Mas, na sua entrevista para *El Mercurio*, você diz que o salário ainda está “acima do nível de equilíbrio”. Talvez os artistas equilibradores que você treinou para servir à Junta Militar do Chile possam ajudar a equilibrar o salário, ainda melhor nas pontas das suas baionetas. / Você estava certo, Arnold Harberger: em fevereiro de 1975 esse equilíbrio havia elevado os salários em dinheiro certa de 10 vezes – mas os preços haviam subido 50 vezes desde o golpe! O novo preço do pão em Santiago é 650-680 escudos por quilo (*El Mercurio*, 14 de fevereiro de 1975). O novo salário-mínimo para janeiro-fevereiro de 1975 é 112,5 escudos em Santiago. Isto é, *um quilo de pão custa seis horas de trabalho*. Um quilo de pão por dia para uma família, em um mês, custa 20.000 escudos. O salário de subsistência (*sueldo vital*) para janeiro-fevereiro de 1975 é, oficialmente, 27.000 escudos em Santiago. “Normalizar” e “equilibrar” o consumo de pão custou, assim, 74% do salário de subsistência! /

Você sem dúvida concordará com o bom conselho dado por um empregador numa pequena indústria têxtil, que relatou que

na minha fábrica, não tivemos um pedido importante nos últimos três meses. Ao final do último mês, eu não tinha nenhum dinheiro para pagar os salários de sexta-feira, então, eu solicitei crédito num banco. O banco informou que o crédito foi suspenso, mas que eu poderia pedir orientação para o Ministério para Assuntos Econômicos. Então, eu solicitei e recebi uma visita de um coronel. Eu



expliquei que não havia dinheiro para pagar os salários, ao que ele replicou: “bem, diga para eles venderem os aparelhos de televisão que seu precioso Allende deu para eles. E se isso não satisfizer eles, deixe-me saber – nós vamos atirar em alguns e você verá como eles obedecerão”. (citado em *Chile Monitor*, n.3, 1974).

Eu sei que você tem trabalhado por quase duas décadas para atingir essa “normalidade” também no nível de desemprego. Durante o governo conservador de [Jorge] Alessandri [Rodríguez], de 1958 até 1964, a taxa anual de desemprego na Grande Santiago variou entre 5% e 9,5%. No governo da Democracia Cristã de Eduardo Frei⁶, ela subiu para 5,5% nos anos de 1964-1966, elevou-se acima de 6% entre 1967-1969, e alcançou 8,3% em 1970. O governo de Allende trouxe a taxa de desemprego para baixo de 3,8% em um ano, e para 3,6% dois anos depois. Em fevereiro de 1974, o desemprego entre os afiliados da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o congresso nacional dos trabalhadores proibido pela Junta desde o golpe, subiu para 24,6%, e a taxa média de desemprego, incluindo os trabalhadores filiados, estava acima de 18%. A *menor* taxa de desemprego estimada no Chile desde que a Junta Militar tomou o poder, o que não exatamente encoraja os trabalhadores a registrarem ou responderem questionários, foi de 15%. Atualmente, as estimativas são de 20% a 25% de desemprego. A Junta, claro, não conta como “desempregados” os dez mil trabalhadores e funcionários que foram demitidos por razões políticas. De acordo com o Diretor de Orçamento, 19.000 pessoas foram expulsas dos seus empregos no governo só nos primeiros três meses [após o golpe] (e substituídas por outras 19.000 pessoas que vieram do setor privado, enquanto os demitidos foram deixados sem qualquer emprego, sendo apenas arrolados na lista negra da Junta). / Excluídas as demissões políticas entre 11 setembro e 30 de setembro de 1973, entre esta última data e 31 de maio de 1974, a redução oficial do emprego público foi de 47.198 (*El Mercurio*, 10 dezembro de 1974). /

Ao mesmo tempo, por não serem nem empregados e nem “desempregados”, eles também perderam todo o seguro médico, social e desemprego, bem como os benefícios da aposentadoria. Mas o chefe da Junta, general Pinochet, prometeu que ainda mais “normalidade” está por vir: ele proibiu a contratação de qualquer novo pessoal para o governo e anunciou a redução do emprego público em 20%, ou uma adição de 100.000 pessoas em busca de salários e rendimentos até o final de 1975 - assim, elas poderiam ser livres para procurar emprego no setor privado! Como esses empregos governamentais serão

⁶ Eduardo Nicanor Frei Montalva (1911-1982), presidente do Chile entre 1964 e 1970, eleito pelo Partido Demócrata Cristão.



eliminados? Uma maneira é acelerar e estender ainda mais do que nos últimos dez meses o desmantelamento do sistema de seguridade de saúde e social do Chile, até então o mais avançado da América Latina, como você vem recomendando por 20 anos. O fim do caos está a vista; seu sonho de normalidade está se tornando verdadeiro e em tão pouco tempo!

E sobre o pequeno custo? O principal item no orçamento das pessoas de baixa renda é o gasto e consumo de alimentos, que tem declinado dramaticamente, sem dúvida na busca por “equilíbrio”. Do lado da oferta, isso é facilmente explicado pelo declínio do produto da agricultura ocasionado, primeiro, pela greve dos caminhoneiros e, depois, pelo terror militar no campo durante a época da semeadura na última primavera (que começa em setembro no hemisfério sul), e pelo rápido declínio da importação de comida, privada e pública, em nome da equalização dos preços internos e externos, mas não dos *salários*, para alcançar “equilíbrio externo”. Do lado da demanda, o declínio da compra e do consumo de alimentos não é, claro, resultado de qualquer equilíbrio dietético, mas do simultâneo crescimento dos preços dos alimentos e declínio da renda das massas. Como os subsídios para alimentação são também “desequilibrantes”, eles também têm que ser eliminados, como *El Mercurio* (de 18 de maio [de 1974]) sugere. Para a carne, cuja importação foi restrita pelo governo anterior por meio de periódicos dias e semanas sem carne, as importações cessaram por completo; e General Pinochet declarou que as proibições de venda não são mais necessárias porque a demanda e a oferta agora estão no equilíbrio de mercado! Isto é, não há mais “demanda” porque as pessoas não mais podem pagar pelas mercadorias. O programa do governo anterior de um litro de leite por dia para cada criança foi encerrado imediatamente depois do golpe militar.

Alguns dos “custos relativamente baixos” consistem no fato de que um crescente número de pessoas está, no Chile, literalmente morrendo de fome. A taxa de mortalidade infantil subiu drasticamente a níveis desconhecidos nas décadas anteriores. / Em concordância, evidentemente, com suas crenças, Arnold Harberger, de que a seguridade médica e social chilena é muito desenvolvida, como você repetiu na sua conferência para a imprensa chilena, relatada pelo *El Mercurio* em 10 de julho de 1974. E, assim como você, Milton Friedman, o Ministro da Saúde da Junta Militar propôs que os medicamentos deveriam ser totalmente integrados ao livre mercado, e que o serviço nacional de saúde – e, aparentemente também os cemitérios públicos – teriam que ser postos num sistema de autofinanciamento por parte dos usuários. / E o Ministro do Interior, como também relatado no *El Mercurio*, proclamou com alarmante surpresa que o número de assassinatos (excluindo



aqueles cometidos pelas forças armadas e pelos civis armados vinculados aos esquadrões fascistas) havia subido, e que a taxa de assaltos e roubos havia subido ainda mais, desde setembro. O ministério estava especialmente surpreso diante do fato de que a Junta mantivera o mais rigoroso toque de recolher noturno (que, por sua vez, tem estrangulado todos os serviços ligados à vida noturna) desde 11 de setembro de 1973!

E sobre os outros aspectos do custo relativamente baixo? Duas semanas antes da sua entrevista, *El Mercurio* (de 25 de junho, reproduzido na edição semanal de 24-30 de junho) publicou dados reveladores sobre a produção industrial chilena em abril de 1974, comparada com abril de 1973. Produção em refino de petróleo, minério de ferro e aço, metais e maquinário, etc., os domínios do grande e crescente capital externo, haviam supostamente crescido substantivamente.

Por outro lado, os maiores declínios foram observados na impressão e publicação (-40,3%) [os livros queimados na frente das câmeras de televisão parecem que não foram repostos! – A.G.F.], indústria de bebidas (-19,7%), vestimentas (-16%), móveis e acessórios domésticos (-14,9%), produtos de borracha (-13%), fabricação de papel [que havia sido mantida em baixa operação pela companhia de propriedade de Alessandri para criar dificuldades políticas no governo anterior – A.G.F.] (-12,7%), e eletrodomésticos (-10,7%). Nos primeiros quatro meses deste ano [...] apenas dois setores mostraram resultados negativos: bens de consumo diários [...] e o setor de artigos manufaturados diversos.

Isto é, a produção e o consumo de artigos manufaturados destinados para os mercados de massas (e, como no caso dos eletrodomésticos, mesmo para a classe média) tem caído significativamente! Relativo à média para 1973 (que já foi reduzida pela própria Junta), os próprios SOFOFA [Sociedade de Desenvolvimento Fabril] e *El Mercurio* (de 8 fevereiro de 1975) calcularam um novo declínio na produção industrial de 5,1% para bens de consumo “habituais” e de 18,9% para bebidas.

De acordo com *Business Week* de 17 de novembro de 1973, uma grande cadeia de supermercados (há apenas duas no Chile) relatou que suas vendas, avaliadas em escudos, havia aumentado 200%; mas as quantidades físicas dos bens que ela havia entregado e vendido declinou em 40%! O jornal *La Tercera* informou em 5 de dezembro de 1973 que a AMPICH (Associação de Pequenos e Médios Industriais e Artesões [do Chile], incluindo talvez o mencionado produtor têxtil) haviam reclamado do declínio de mais de 80% nas vendas dos seus membros. Eu lembro de ler até mesmo no *El Mercurio* que as vitrines das lojas e suas prateleiras estavam novamente cheias de mercadorias, depois da escassez do período de Allende, mas que, desafortunadamente, as entregas de roupas, por exemplo, haviam



declinado para um terço do que havia sido durante o “tempo da escassez”, haja vista que agora as pessoas apenas olham as vitrines, sem dinheiro para comprar seus produtos. A Câmara do Comércio Varejista (Associação dos Comerciantes Varejistas do Chile), cujo presidente, Rafael Cumsille, junto com Leon Villarin, líder dos caminhoneiros, foi um dos principais organizadores das greves e boicotes destinados a derrubar o governo Allende, tem reclamado à Junta e a seus discípulos, Arnold Harberger, que a nova política econômica impôs “a lei da selva” e “beneficia o grande e não os pequenos”, e está destinando diversos de seus membros à falência. Até mesmo Orlando Saenz, ex-presidente da Sociedade de Desenvolvimento Fabril [SOFOPA] (a associação chilena dos industriais) pediu demissão tanto de seu cargo diretivo quanto de seu emprego, no imediato pós-golpe, como conselheiro do Ministério das Relações Exteriores.

/ Como representante do capital de porte médio do Chile, Saenz foi, desde então, para a semioposição à política econômica da Junta:

Eu pelo menos levanto dúvidas sobre o que Milton Friedman diz. Numa economia manejada somente por meio dos mecanismos monetários e de mercado, não há maneira de evitar [...] uma quebra pela inflação, causando estagnação e alto desemprego. E esses poderão ser ainda mais severos num país como o Chile [...]. Eu tenho poucas dúvidas que a força dos fatos poderia conduzir todos a essa convicção [...] de que nós estamos perigosamente próximos de uma estagnação econômica que é já visível no setor industrial. Há aqueles que pensam que zero ou mesmo quase zero crescimento industrial que teremos esse ano não importa, em face do crescimento agrícola e da mineração. Esse é um erro sério... (Saenz in *Que Pasa*⁷, nº 182, 17 out. 1974, p.16).

Se alguém responde essa questão [sobre a política “anti-inflacionária” da Junta] com honestidade e realismo, esse alguém descobrirá que o custo tem sido crescente desemprego, um considerável declínio na participação dos salários e ordenados na renda nacional e um crescimento econômico muito baixo, que resultou essencialmente do aumento da produção da mineração e de seus melhores preços médios de venda em 1974, relativamente ao ano anterior. E, em face dos custos, parece-me que não há dúvidas que a inflação para o último ano representa uma das grandes falhas da nossa história econômica. Iniciando por essa política... (Saenz, in *Que Pasa*, nº 195, 16 jan. 1975, p.11).

A mudança de opinião de Saenz não passou despercebida pela Junta. Depois das vendas de cerveja terem caído acentuadamente por conta do declínio da renda do consumidor, a Junta decidiu aplicar sua lei “antimonopólio” para a indústria de bebidas, da qual Saenz é diretor! /

⁷ Periódico chileno, fundado em abril de 1971, que se destacava como um órgão de ferrenha oposição ao governo de Salvador Allende.



Essas declarações e renúncias são reflexo da crescente insatisfação e preocupação dos setores das classes médias e da burguesia (embora não, é claro, das massas populares, cuja oposição se reflete de outras formas). Por essa razão, talvez, e porque a Junta está preparando a “opinião pública” para novas medidas que estão por vir, a Junta e seus porta-vozes tem armado uma campanha de “explicação” na qual a sua entrevista é apenas um, embora muito bem adequado, pedaço do quebra-cabeças. Assim, o sucessor de Orlando Saez na presidência da Sociedade de Desenvolvimento Fabril (SOFOFA, em espanhol), Raul Sahli, foi questionado pelo [periódico] *Ercilla*: “Por que Orlando Saez saiu da presidência da SFF? É dito que foi por causa do descontentamento de muitos homens de negócios [...]?”. *Ercilla* recebeu apenas “metade” de uma resposta: “Ele queria dedicar-se às suas atividades privadas novamente”. *Ercilla*: “Mas depois de sete meses o resultado é, para muitos, insatisfatório”. Sahli: “Não, não é tão ruim”. E para [a revista] *Que Pasa?*, ele respondeu:

Nós, industrialistas, somos a favor da política de mercado social. Nós temos pedido por uma economia livre por 50 anos. E é isso que o esse governo está implementando, primeiro decretando a liberdade de preços, que todos nós aplaudimos, e, então, liberdade de competição, que é necessária para que a primeira funcione. Nós entendemos que num país pequeno como o Chile, a competição tem de vir de fora [...]. Na busca por novas linhas de produção, em coordenação com várias fábricas para a produção de um produto, ou no desenvolvimento de grandes produtores de alta eficiência, que pode virar realidade a partir da união de vários pequenos produtores, ou em cooperativas. Monopólios? Sim, é verdade. Apenas com monopólios podemos competir com os mercados estrangeiros. Dentro do país, eles não podem operar como tais, pois eles também devem estar sujeitos à competição de produtos importados.

E, para *Ercilla* [ele declarou]: “O pior disso é que nem os homens de negócios nem os consumidores estão adaptados à nova realidade. O que está faltando é a mentalidade pública da América do Norte. É apenas um problema de mentalidade”. Amém.

O ex-supervisor de produção no monopólio papelheiro de Alessandri e Edwards, ex-diretor do *El Mercurio*, e agora Ministro da Economia da Junta, Fernando Leniz, não fica muito atrás nas suas “explicações”:

Ercilla - Depois de oito meses, poderíamos falar em sucesso ou falha da política econômica atual?

Leniz - Não, ninguém pode falar em falha. E seria pretensioso falar agora em sucesso. O resultado será notado apenas com um longo atraso.

Ercilla - Falando em atraso, [...] os resultados [da política econômica] poderiam já ser chamados de “juntistas”. Não obstante, você continua a falar da herança da UP [Unidade Popular]. Quando a Junta assumirá a sua própria responsabilidade?

Leniz - Quando todos os efeitos da herança do passado, do trabalho da UP, desaparecerem. Isso poderá ocorrer em dois anos, eu não sei... por dois anos é



necessário manter o nível de consumo abaixo da curva do produto nacional bruto.

Arnold Harberger, você também diz:

Eu tenho uma visão clara porque eu conheço a economia chilena [...]. Eu penso que a mais forte garantia, para uma economia pequena como a chilena, para proteger a si mesma de situações de monopólio, é a competição no mercado mundial [...]. As ineficiências e custos internos [da seguridade social] se refletem na taxa de câmbio. A taxa de equilíbrio será maior se esses problemas existirem [...]. De agora em diante, eu vejo uma possibilidade de contínuo aumento da produção e da economia em geral no Chile [...]. Para mim, o problema é se o governo e a população serão capazes de observar e manter a necessária atitude.

Bem, até agora, o governo, pelo menos, está oferecendo tanto evidências quanto mais promessas de seu bom desempenho: a taxa de câmbio foi trazida para o “equilíbrio” por meio de treze elevações da taxa de câmbio entre o escudo e o dólar, multiplicada por várias vezes, para fazer os preços de importação correspondentes aos produtos alimentícios subirem dez vezes, e para os de outros produtos necessários (manufaturados) subirem cinco vezes, enquanto se reduziu a taxa de câmbio “paralela” e turismo, de modo a tornar as viagens internacionais mais baratas para pessoas de alta renda e elevar a remessa de lucros para o exterior. O Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano, em Washington, bem como os governos americanos e europeus, seus bancos e firmas, têm aplaudido esse ato de equilíbrio com 700 milhões de dólares / e mais de 1,1 bilhão de dólares, ao fim de 1974, / em empréstimos e crédito para a Junta Militar, que eles retiveram do governo Allende por sua “irracionalidade”.

O novo governo devolveu duzentas empresas estatais ou controladas pelo Estado para seus antigos proprietários privados – e o Ministro Leniz tem oferecido entregar outras mil (muito mais do que as que efetivamente existem). Trata-se de empresas controladas pelo Estado oferecidas a preços de banana para qualquer interessado, tenha sido ou não seu proprietário prévio (*Suddeutsche Zeitung*, 28 de maio a 20 outubro). / A CORFO (Corporação para o Desenvolvimento da Produção) e *El Mercurio* (23 de janeiro de 1975) anunciaram que das 480 empresas sob o controle do Estado em setembro de 1973, 220 haviam sido devolvidas aos seus proprietários, 26 estavam em processo de serem devolvidas, 56 foram vendidas, 59 sob negociação ou postas à venda, 51 em análise, 18 em estudo, e 20 seriam temporariamente ou permanentemente mantidas públicas. /

Para “proteger a si mesmo de situações monopolistas”, o governo removeu todos os tipos de restrições à importação e abriu as portas para os monopólios do mercado mundial



competirem livremente no mercado chileno. A Junta Militar acabou de remover as clausuras estatutárias que protegem o Chile contra certos abusos por parte dos investidores estrangeiros, portanto violando as suas obrigações internacionais dispostas pelo artigo 24 do Pacto Andino com Bolívia, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela, esse último registrando fortes reclamações. Desse modo, a Junta Militar no Chile, assim como a lei marcial do governo de Marcos nas Filipinas, está removendo os controles sobre os investimentos diretos em seus países, que a UNCTAD e agora o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas estão recomendando para os países subdesenvolvidos em todo o mundo. Essa medida, e o acordo “mutualmente satisfatório” com as companhias internacionais de cobre para pagar uma “indenização” justa, / que é de 69 milhões de dólares para Kennecott, que tem um valor contábil de 49 milhões de dólares e um débito com o Chile de 233 milhões de dólares por lucros excedentes, / por conta da nacionalização das minas de cobre (isso depois de o governo Allende ter assumido o controle e incorporado à dívida nacional as dívidas privadas dessas companhias, que totalizavam mais do que seus valores contábeis!) e pagando o notório ITT⁸ por “serviços prestados”, são parte de um ato de equilíbrio do governo militar na ocasião de um encontro dos executivos das corporações multinacionais, organizado no Chile pela Business International, ocorrido no final de junho (ou seja, no período em que você também visitava o Chile, Arnold Harberger).

Seu amigável entrevistador, *El Mercurio*, afirmou em seu editorial (de 24 a 30 de junho [de 1974]):

A presença no Chile de um importante grupo de homens de negócio estrangeiros colocou na ordem do dia o tópico dos investimentos externos e o tratamento que eles devem receber [...]. A decisão, muito repetida pelas autoridades [governamentais], no sentido de que qualquer sacrifício será feito com vistas a alcançar a estabilidade econômica, garante que o país irá, vagarosamente, mas certamente, alcançar uma situação de normalidade que é altamente apreciada pelo investidor estrangeiro [...]. A tranquilidade política e a manutenção das normas hoje ditadas terão, no futuro, o efeito de uma garantia adicional para o investidor, que ele consegue apenas em algumas ocasiões, mas que agora o governo militar chileno oferece.

Como você diz, Arnold Harberger, a um custo muito baixo.

⁸ International Telephone and Telegraph Corporation, empresa norte-americana que à época era uma das maiores corporações mundiais em capitalização de mercado, profundamente imbricada ao complexo industrial-militar dos EUA, que teve atuação decisiva na desestabilização da administração Allende e na promoção do golpe militar de 11 de setembro de 1973.



Com mais tempo, espaço e paciência, *El Mercurio* pode devotar uma página inteira para “explicar” esses “tópicos econômicos” todo sábado e, entre um sábado e outro, alimentá-las com editoriais e outros artigos para aqueles infelizes ignorantes que, ao contrário de mim e de outros dos seus estudantes de pós-graduação, não tiveram a oportunidade de aprender as verdades autoevidentes do Departamento de Economia da Universidade de Chicago e da Universidade Católica do Chile:

Por que a inflação é gerada? Não é um despropósito repetir pela enésima vez que os preços sobem apenas se o poder de compra da comunidade é maior do que a oferta de bens e serviços. O poder de compra depende da quantidade de dinheiro numa economia e do número de vezes que esse dinheiro é gasto num certo tempo. A oferta de bens depende do produto doméstico e do influxo líquido de bens e serviços do exterior [...]. O nível de preços muda apenas se há uma mudança na quantidade de dinheiro, na velocidade de circulação ou na oferta de bens e serviços. Normalmente, a oferta de bens não muda muito [...], a velocidade de circulação, ou o número de vezes que um escudo é gasto, também não mudam muito em condições normais [...]. Então, nós inevitavelmente chegamos à mesma coisa de sempre, que é que só poderá haver inflação se a quantidade de dinheiro aumenta. Dinheiro é a única variável pertinente [...]. Além disso, a evidência empírica no Chile e no resto do mundo durante todo o tempo [isto é, aquelas medidas nos grupos de trabalho do subsolo da Universidade de Chicago e seus subcontratados - A.G.F.] confirma a correlação clara entre o aumento na oferta de moeda e o aumento nos preços. A despeito de tudo isso que foi dito, pode-se frequentemente ouvir explicações diferentes, especialmente no caso chileno. Concretamente falando, é dito que a inflação é devida ao aumento da taxa de câmbio, ao aumento nos salários, aos lucros exorbitantes dos capitalistas, ao aumento dos preços internacionais, ao aumento das matérias primas, etc. Todas essas explicações são parciais [...] (*El Mercurio*, 18 de maio de 1974).

A assim chamada explicação estrutural sustenta que a inflação é devida a algum fenômeno real que nada tem a ver com a quantidade de dinheiro [...]. Outras explicações de tipo estrutural, como atribuir a inflação às pressões sociais ou à luta de classes não são importantes, uma vez que é óbvio, [...] como já foi dito muitas vezes [já que todas as outras explicações tratam apenas dos sintomas – A.G.F.], que só o ataque às causas da emissão monetária permite uma redução da inflação, e que as causas da emissão monetária vêm do déficit do setor público. Essa é a posição correta, e embora seja chamada de monetarista, ela não deixa de estar correta, especialmente se nós considerarmos que não há explicação alternativa coerente [...]. (*El Mercurio*, 8 de junho de 1974).

A reforma monetarista consiste na expropriação de uma parte do dinheiro de posse dos empresários e das pessoas. A parte que é tomada deles é a parte que é necessária para eliminar o excesso de dinheiro que exerce pressão sobre os preços e os fazem subir. Mas qual é o ganho obtido pela eliminação do excesso de liquidez se a emissão de dinheiro continuar a subir como uma consequência do desequilíbrio fiscal? [...]. Por essas razões, a redução da inflação é fundamentalmente um problema de orçamento fiscal e requer um programa de redução dos gastos públicos e da revisão da renda do setor público [...]. Por essa razão, não parece aconselhável, se alguém deseja reduzir o custo da inflação a um mínimo, postergar decisões fundamentais tais como o estatuto do investidor, a reforma do mercado de capitais e o desenho das medidas para reduzir o custo



da contratação dos trabalhadores [...]. A redução do déficit público tem que ser imediata e a urgência das outras medidas é óbvia (*El Mercurio*, 8 junho de 1974). O gasto público tem que ser reduzido e isso só pode ser feito por meio de um programa que combine as seguintes medidas: a) uma significativa redução do número de empregados públicos; b) reajuste dos baixos salários do setor público; c) fechamento de atividades e instituições públicas com baixa produtividade para o país; d) transferência de certas atividades para o setor privado. O Tesouro pode também melhorar sua situação ao vender os mais diversos tipos de propriedades, desde automóveis até empresas produtivas [...]. Muitas das empresas estatais deveriam ser transferidas para o setor privado (*El Mercurio*, 18 de maio de 1974). Portanto, embora essas medidas se tornem impopulares, os salários no setor público [...] devem, na sua maior parte, cair, e aumentar apenas na minoria dos casos. Normalmente, a coisa mais popular a fazer não é a coisa mais correta a fazer [...]. Com respeito ao setor privado, parece óbvio que não se chegará muito longe com controles diretos [...]. Deve haver algum controle sobre os preços [mas] a correta maneira de fazer isso não é fixando preços, mas permitindo a livre importação [...]. Isso coloca um limite impessoal e automático sobre os preços (*El Mercurio*, 25 de maio de 1974).

O novo presidente da Sociedade de Desenvolvimento Fabril, Raul Sahli, parece concordar (em entrevista ao *Que Pasa*):

A economia social de mercado deve ser aplicada em toda a sua amplitude. Se existem industriais que reclamam disso, deixem eles “irem para o inferno”. Eu não os defenderei. Como um industrial, eu não tenho teto de vidro, e é por isso que eu aceitei essa presidência. Mesmo assim, quando eu terminar, eu terei mais inimigos do que Salvador Allende.

El Mercurio continua devotando sua atenção para o “setor privado” e para o “aperfeiçoamento do mercado de trabalho”:

Quanto mais o empresário demorar para entender a lógica anti-inflacionária da política econômica, maior será a tendência em direção ao desemprego. Ao menos em teoria [a neoclássica de Chicago - A.G.F.], o desemprego seria zero se os empresários e os trabalhadores se comportassem dentro da lógica do programa de estabilização. Para isso ocorrer, é necessário, contudo, que as autoridades econômicas expliquem essa lógica e sempre se comportem de acordo com ela.

O próprio *El Mercurio* ajuda a explicar, na mesma página: “Uma boa parte do desemprego que é tradicionalmente observado em nosso país é devido às imperfeições no mercado de trabalho”. Milton Friedman escreveu um livro sobre isso também, assim como o seu colega Albert Rees⁹!

⁹ Albert Rees (1921-1992) foi professor do Departamento de Economia da Universidade de Princeton (1966-1979) e conselheiro do presidente estadunidense Gerald Ford (1974-1977). Sua especialidade era a economia do trabalho.



O aperfeiçoamento do mercado de trabalho é urgente [...]. Algumas das coisas a considerar a esse respeito são as seguintes: (a) o custo de contratar o trabalho tem que ser reduzido substancialmente em relação ao do capital [...] [assim como a] seguridade social e algum controle sobre os preços, [mas] a maneira correta de fazer esse último não é fixando os preços, mas permitir a livre importação. Práticas monopolistas dos sindicatos dos trabalhadores [...], se essas fontes de encarecimento do trabalho são eliminadas, o emprego deverá subir. Contratar trabalhadores adicionais envolve, sobretudo, outros problemas que têm de ser resolvidos. A existência de uma lei que impede a demissão [isto é, certa proteção contra a demissão – A.G.F.] protege o trabalhador empregado, mas inibe o emprego de novos trabalhadores. Esse obstáculo ao crescimento do emprego tem de ser imediatamente revisado. Contratar um trabalhador adicional para uma empresa privada tem sido, nos anos recentes, uma grande aventura. Em adição ao elevado custo, o trabalhador não pode ser trocado e é uma permanente fonte de distúrbio e problemas. Esse último aspecto desapareceu [graças ao governo militar – A.G.F.], mas o alto custo e a imobilidade permanecem. A eliminação desses impedimentos deve resultar num aumento do emprego (*El Mercurio*, 1 de junho de 1974).

Quando o salário-mínimo é fixado acima do nível de equilíbrio, a demanda por trabalhadores permanece abaixo do equilíbrio e o emprego efetivo é também menor. Em outras palavras, o salário-mínimo protege o trabalhador empregado, mas ele castiga aqueles que mais precisam de proteção, a saber, aqueles que estão desempregados (*El Mercurio*, 25 de maio de 1974)!!

Não há justificativa para a importância dada às chamadas demissões arbitrárias [...]. Os empresários contratam um trabalhador apenas se o valor do produto que ele entrega é maior do que o custo para contratá-lo. De modo similar, quando o contrário começa a acontecer, o empresário tende a se livrar do trabalhador [...]. Declínio das vendas, mudança tecnológica, fim da produção, pouca dedicação ou irresponsabilidade no trabalho são, geralmente, aceitos como causas lógicas das demissões. Todos esses fatores implicam em declínio do valor produzido pelo trabalhador [...]. É verdade que podem existir empresários atípicos que demitem trabalhadores por razões triviais [...]. Um empresário que cometesse tais afrontas teria custos operacionais elevados, em comparação com seus concorrentes, [...] por meio dos quais ele seria objeto de uma punição automática.

Claro que essa punição somente é automática se os mercados são competitivos. Mas e se há sindicatos dos trabalhadores, sem mencionar monopólios, uma vez que “apenas com monopólios podemos competir”, como disse Raul Sahli? *Ercilla* lhe perguntou,

Você pensa que um diálogo é possível [entre o capital e o trabalho] enquanto os próprios empresários se unem e se expressam como uma organização e os trabalhadores não podem fazer o mesmo?

Sahli – Se inexistente uma organização global dos trabalhadores [desde que a Junta destruiu a Central Única dos Trabalhadores, CUT – A.G.F.] é devido, obviamente, à excessiva politização que afetou o campo sindical. Quando a despolitização estiver completada, existirá uma relação entre empresários e sindicalistas livre de toda a demagogia.

Ercilla - E a organização dos empregadores é livre de todas as influências políticas mesmo que ela não se expresse por meio da ação de partidos políticos [cuja existência ou funcionamento também é proibida – A.G.F.]?



Sahli - Sim, uma vez que a Sociedade de Desenvolvimento Fabril não representa empresários, mas sim empresas. Com esse conceito, quero apoiar minha posição contra a lei antidemissões.

Qual é a lição objetiva de todas essas “explicações”? Você diz, Arnold Harberger, que, com “um pouco de sorte”, o produto interno no Chile crescerá 4% ou 5% esse ano e, talvez, 10% no próximo ano. Depois disso, a sua “visão suficientemente clara” prevê a “possibilidade de uma contínua elevação do crescimento”. Bem, em 8 de maio, um dia depois de explicar sobre o “não arbitrário” desemprego, *El Mercurio* tinha uma breve opinião sobre a “alocação de recursos” por meio dos “incentivos de mercado” e o resultante “crescimento econômico autossustentado”:

A mudança nos preços relativos e na política de tarifas tem a tendência de provocar condições favoráveis em alguns ramos da indústria e desfavoráveis em outros [...]. Entre aqueles que deverão ter menos incentivos estão aquelas indústrias com elevados custo de substituição de importações e, em geral, aquelas indústrias com linhas de produção superprotegidas. Todas essas devem rapidamente alocarem seus investimentos a fim de obterem a maximização da produção dos recursos de capital e trabalho por eles hoje utilizados [...]. Quase sempre, pensa-se que o desemprego derivado da política anti-inflacionária tende a ser permanente. A evidência em todo o lugar mostra que isso não é o caso e que a atividade econômica e o emprego se recuperam rapidamente. [Em todos os outros lugares na América Latina e no mundo subdesenvolvido, onde a política anti-inflacionária - não a sua, evidentemente -, tem estado em voga por décadas, a quantidade de desemprego estrutural tem aumentado mais e mais - A.G.F.] [...] A recuperação do setor privado começa a ser observada em algumas áreas tais como agricultura, mineração, construção e o setor de exportação em geral. A recuperação desses setores implica a absorção de trabalho que tende a compensar o declínio do emprego nas atividades em depressão, como as indústrias e os serviços que sofreram com o impacto do declínio interno da demanda (*El Mercurio*, 1 de junho de 1974).

O importante é criar as condições para que, então, a nova atividade cresça rapidamente a fim de substituir aquelas que tinham que desaparecer [...]. Nesse sentido, a coisa mais importante é ter um sistema de preços que dê incentivos à produção e, especialmente, uma taxa de câmbio que promova as exportações [...]. Uma vez que o financiamento dos bancos domésticos está restrito por definição [como o pequeno produtor de tecido descobriu - A.G.F.], é indispensável abrir a economia para o financiamento externo, como modo de minimizar o ônus da falta de recursos domésticos. A esse respeito, é urgente que se esclareça a situação do capital estrangeiro por meio do decreto do estatuto do investidor e uma política clara de endividamento externo. Auxílio externo é a chave [...] (*El Mercurio*, 18 de maio de 1974).

Devotando inúmeros editoriais e histórias favoráveis à política da Junta de desindustrialização e mineralização/agriculturalização do Chile, que evidentemente



engendrou um problema político de grandes proporções, *El Mercurio* lançou uma nova campanha explicativa em fevereiro de 1975:

A política atual de mobilização econômica e obtenção de grande estabilidade envolve sacrifícios [sic!] da população e, portanto, causa críticas de vários tipos. As mudanças na estrutura de preços pretendidas, principalmente, para dar incentivos ao desenvolvimento agrícola [para exportação – A.G.F.], a política de redução de tarifas desenhada para acabar com a proteção indiscriminada de certos setores [industriais – A.G.F.], e a manutenção de uma taxa de câmbio desenhada para equilibrar o balanço de pagamentos e estimular as exportações produzem resistência e críticas [...]. A política econômica do atual governo tem proposto a necessidade de especializar nossa produção naquelas atividades em que o país tem vantagens comparativas [...], nas quais nossos custos nos permitem competir favoravelmente no mercado mundial [...]. A questão é de pouco em pouco eliminar as linhas ineficientes de produção [industrial] que foram construídas durante o modelo de desenvolvimento “a partir de dentro”, que foi a base da proteção discriminada das atividades nas quais o país claramente não tinha vantagens. A nova política não é fácil de ser entendida, especialmente para os setores afetados. Portanto, nenhum esforço de esclarecimento é em vão [...]. O Departamento de Economia publicou um manual [...]. No que segue, apresentaremos algumas ideias baseadas nesse manual, no que diz respeito aos tópicos de comércio internacional e vantagens comparativas [...].

O objeto e o objetivo da lição não poderiam ser mais claros, graças às suas explicações, do *El Mercurio*, do Ministro ex-diretor da Sociedade de Desenvolvimento Fabril¹⁰ (literalmente, *Society for Industrial Development*, sic!). Mas se ainda restar alguma sombra de dúvida sobre o objetivo de tudo isso, ela é iluminada pela lista de setores que o Ministro Fernando Leniz e seu conselheiro e também Ministro da Coordenação Econômica, Raul Saez (o mesmo que negociou a “chilenização”, a entrega das minas de cobre no governo do ex-presidente [Eduardo] Frei, e que não deve ser confundido com Orlando Saenz [ex-presidente da SOSOFA]), oferecem como as mais atrativas oportunidades para os homens de negócios americanos em 4 de fevereiro de 1974, em encontro com o infame Conselho das Américas, o qual, sob a liderança do senhor Rockefeller, reúne os principais monopólios norte-americanos com interesses em negócios na América Latina: “mineração, petróleo, gás natural, indústria química, ferro e aço, carvão e possíveis derivados, agricultura; promoção da produção agrícola no exterior, reflorestamento e indústria de celulose, turismo, etc.”. Em uma palavra, as matérias-primas nas quais o Chile, novamente, ganha uma “vantagem comparativa” no momento em que recebem atenção prioritária dos imperialistas durante sua nova grande crise de acumulação, tal como eles fizeram durante as crises de 1873 e 1929.

¹⁰ Em espanhol, no original.



Mesmo o senhor Kissinger, que não faz muito tempo não daria a mínima se a América Latina desaparecesse no fundo do oceano, uma vez que ela não podia alterar o equilíbrio [internacional] de poder, agora corre para Tlatelolco para mostrar seu renovado interesse e, sem dúvida, anunciar uma terceira “noite triste”¹¹.

Você, Arnold Harberger, e o presidente da Sociedade de Desenvolvimento Fabril, Raul Sahli, dizem que tudo não passa de uma questão de “atitude” e “mentalidade”. Sendo esse o caso, é evidente que vocês não deveriam estar surpresos de verem que é possível mudar tanto, num curto período de tempo e a tão baixo custo! O governo militar e a “população” representada pelo *El Mercurio* têm amplamente demonstrado que eles já “observam a atitude necessária”. O que dizer sobre a atitude e o seu custo para o restante das pessoas, incluindo trabalhadores, camponeses, funcionários de classe média, pequenos homens de negócios, alguns industriais e suas famílias e crianças? E se eles, como os consumidores do senhor Sahli, não souberem o suficiente para observar a atitude necessária por vontade própria, [nesse caso] o que o governo militar tem feito para mudar e “manter a atitude necessária” deles, e a qual custo para eles?

Alguns desses poucos custos, para além da fome e da inanição da população, são bem conhecidos e tem sido publicizados pela imprensa ao redor do mundo: os sindicatos, com longa tradição e combatividade, foram banidos; novos sindicatos alinhados foram “estabelecidos” - mas seus representantes, enviados pela Junta Militar para a Organização Internacional do Trabalho das Nações Unidas, em Genebra, tiveram suas credenciais negadas para o recente encontro por votação unânime de todas as organizações trabalhadores do mundo, incluindo a AFL-CIO [sigla em inglês da Federação Americana dos Trabalhadores e Congresso das Organizações Industriais]. Enquanto isso, no Chile, todas as greves têm sido proibidas desde setembro de 1973; os líderes das greves selvagens ocorridas nos portos, na construção e nas fábricas foram baleados; e a semana de trabalho foi ampliada em 10% - mas sem qualquer pagamento adicional pelo trabalho e com redução no salário líquido correspondente a uma semana regular de trabalho -, porque todos têm de se sacrificar um pouco para a reconstrução do equilíbrio.

¹¹ Em espanhol, no original. A expressão remonta a dois acontecimentos históricos: a uma batalha entre espanhóis e astecas, ocorrida em Tenochtitlán, em 30 de junho de 1520; e ao “Massacre de Tlatelolco”, na Cidade do México, em 2 de outubro de 1968, quando, às vésperas do Jogos Olímpicos de 1968, que seriam realizados naquela cidade, as forças armadas mexicanas abriram fogo contra uma imensa manifestação popular, matando centenas de pessoas, e ferindo e prendendo tantas outras.



A liberdade de imprensa (que floresceu durante o governo de Allende em proporções nunca antes conhecidas) foi completamente abolida e muitos dos maiores jornais e estações de rádio, incluindo aquelas da Democracia Cristã, têm sido fechados. O total de jornais em circulação caiu 60%. Todas as universidades foram reorganizadas por reitores militares. Seu ex-estudante de pós-graduação, junto com quase todos os seus colegas e a maioria do pessoal não acadêmico, incluindo sua esposa bibliotecária chilena, do Centro de Pesquisa de Estudos Socioeconômicos na Universidade do Chile, foram dispensados dos seus postos sobre o argumento de “que é de conhecimento público e notório que os acadêmicos abaixo listados têm, como mostrou a evidência em mãos do procuradores públicos, incorrido nas acusações de [...] inobservância dos deveres morais, inconsistência entre a sua conduta extrauniversitária e aquela apresentada em sala de aula, de acordo com o currículo existente [...]”.

Arnold Harberger, você ficará feliz em saber, eu tenho certeza, que a Junta Militar no Chile agora confirma sua avaliação das minhas aptidões e condutas de duas décadas atrás. Seis estudantes foram abertamente baleados na entrada principal da Faculdade de Economia para oferecer uma lição objetiva aos demais, e outros – incluindo o estudante visitante da economia e cidadão americano Frank Terucchi – foram torturados e mortos a tiros.

Várias faculdades foram completamente fechadas. Em outras, como as de Ciências Sociais, suspeitas de possuíram um número substancial de estudantes com inclinações à esquerda, as matrículas foram canceladas. Os estudantes que ousassem aparecer – sob ameaça de prisão, caso não pudessem se apresentar por já estarem presos - seriam reinscritos se passassem na inspeção militar. Os currículos foram equilibrados: os alunos deveriam estudar, e nada de bobagens!

Todos os partidos políticos de esquerda, “marxistas” ou não, foram proibidos; e os que permaneceram foram efetivamente impedidos de funcionarem. As listas de registro de eleitores foram queimadas porque eram “fraudulentas”, e quando chegar a hora, a Junta Militar elaborará suas listas com os eleitores dispostos e capazes de se registrar, aqueles que a Junta achar que devem constar nos registros. A Junta Militar alega que insiste em “despolitizar” o país sob demanda popular!

Dada a “mentalidade” e a “atitude” das pessoas no Chile, metade das quais votaram em Allende, e um crescente número das restantes, que são, economicamente, mais e mais afetados pela inflação, desemprego, falências etc., e, politicamente, crescentemente



alienados pelos métodos da Junta, nenhuma dessas medidas “equilibrantes”, “normalizadoras” e “despolitizantes” podem ser impostas ou conduzidas sem o uso do terror. O escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, a Cruz Vermelha, a Anistia Internacional, a Igreja Católica, diplomatas como o embaixador da Suécia, o Tribunal Russell [Tribunal para Crimes de Guerra] e outros tribunais, missões internacionais de juristas independentes e, recentemente, a Organização dos Estados Americanos, bem como, claro, a imprensa, incluindo órgãos como a *Newsweek* e o *Washington Post*, agora tratados como parte da conspiração “comunista internacional” pela Junta e seus porta-vozes, todos tem testemunhado, inúmeras vezes, a existência de centenas de milhares de detentos; as condições de “vida” nos campos de detenção no deserto de sal venenoso do norte e nas regiões antárticas do sul; numa população de dez milhões de pessoas, apenas metade dos quais adultos, e metade desses do sexo masculino, os 30.000 assassinatos (pelo números oficiais da Junta, divulgados para as Nações Unidas); os corpos enforcados ou jogados ao rio, ou apenas deixados à vista para aterrorizar a população nos bairros mais populosos; a tortura sistemática: sistemática no uso dos mais modernos equipamentos, técnicas, instruções e até mesmo interrogatórios importados do Brasil e da experiência americana no Vietnã; sistemática na seleção, vigilância e interrogatório até a morte e insanidade dos mais experientes quadros políticos dos sindicatos, dos partidos políticos, etc., que foram declarados “ilegais”; sistemática na combinação da tortura física com a tortura psicológica e moral, tal como a tortura física dos inocentes, em todos os aspectos - cônjuges, crianças e pequenos bebês - na frente das pessoas aviltadas sob interrogatório; e sistemática também na construção de campos e câmaras de tortura em *Tejas Verdes* e em outros lugares inclusive - ironia simbólica - no prédio do Parlamento, usado não apenas para o interrogatório de quadros políticos, mas destinado e usado até mesmo para “processar”, literalmente, centenas de milhares de pessoas detidas ao menor ou sem qualquer pretexto, a fim de amolecê-los antes de jogá-los exaustos, machucados, feridos, ou inconscientes, e sempre aterrorizados, na beira da estrada, estação ferroviária ou em suas vizinhanças, com a advertência de que “não” devem contar sobre sua experiência a suas famílias, vizinhos ou colegas de trabalho ou de desemprego. Longe de diminuir após o primeiro período de domínio militar, esse processo de terror continuou, seguiu aumentando, e, recentemente, foi novamente acelerado (essa semana, a imprensa, *Le Monde* de 1 de agosto de 1975, noticiou mais de 10.000 detenções – metade delas por “bebedeira” – em poucos dias). /



Ainda em 1975, existem dias em que ocorrem mais de 500 detenções, e essas agora incluem parentes próximos ou distantes, jovens e velhos, que a Junta toma como reféns na sua tentativa de suprimir a resistência. /

Arnold Harberger, essas são algumas das relativamente pequenas medidas do custo desse programa de equilíbrio e normalização. Ninguém conhece suas razões e suas procedências melhor do que você. Não é em vão que você, no seu Centro de Estudos da América Latina e no seu Departamento de Economia da Universidade de Chicago, tem se dedicado há duas décadas em organizar o Departamento de Economia da Universidade Católica do Chile, treinando gerações de estudantes e professores no uso equilibrado da sua caixa de ferramentas e fazendo a lavagem cerebral deles para acreditarem na "normalidade" que você e aqueles para quem você trabalha anseiam. Finalmente, sustentados pelas baionetas dos militares treinados pelo Pentágono e assessorados pela CIA, cujas atividades no Chile foram parcialmente reveladas em um depoimento público, e que também enviou uma equipe de aviadores acrobatas da Força Aérea dos EUA em 7 de setembro de 1973 (não está claro se para ajudar a comemorar o Dia da Independência Nacional ou o Dia das Forças Armadas, que nunca foram comemorados em 18 e 19 de setembro, ou se para ajudar a bombardear com precisão o Palácio Presidencial, *La Moneda*, o que foi feito com sucesso em 11 de setembro), e carregados por uma corrente de sangue do povo chileno, seus estagiários e discípulos entraram no governo para ocupar os cargos-chave nos ministérios, no Banco Central e em outros escritórios da Junta Militar chilena preocupada com o "equilíbrio" da economia, onde seus aprendizes agora estão engajados como "especialistas técnicos", conhecidos como "Chicago Boys". Você tem motivos de sobra para se orgulhar deles, como Al Capone de sua "Gangue", ou seus colegas de profissão que treinaram e formaram a notória "Máfia de Berkeley", que assumiu as rédeas governamentais da economia da Indonésia, depois que o regime militar de Suharto, apoiado pelos EUA, banhou as ilhas com o sangue dos indonésios, estimados entre meio milhão e um milhão de "doadores".

Arnold Harberger, você concorda com o ministro da Leniz que seu programa conjunto não é um fracasso, mas que ele não pode, sob pena de presunção, ser considerado um sucesso total. Afinal de contas, o presidente dos industriais "chilenos" diz que eles estão pedindo isso há 50 anos; vocês estão se preparando para isso há 20 anos; e seus executores e carrascos, Leniz com sua equipe de Chicago Boys e Pinochet com sua tropa de assassinos estão colocando seu programa em prática há apenas dez meses. Eles precisam de mais tempo



para derramar mais sangue. Afinal de contas, o modelo indonésio – que foi anunciado em todo o Chile já em 1971, por meio da pichação de “Jacarta” espalhada pelos muros com tinta vermelha - e o modelo do Brasil (que, com exceção de alguns países dominados por xeques do petróleo, tem hoje a distribuição de renda mais desigual do mundo) também precisaram de mais tempo para implementar seus modelos em seu solo nativo, como Leniz e seus discípulos são os primeiros a apontar.

Além disso, por mais atraentes que sejam os modelos de equilíbrio político-econômico desses países de cem milhões de habitantes, cada um deles dez vezes mais populosos do que o Chile, sem mencionar seus tamanhos e recursos, sua "modesta proposta" modificadora [Swiftian] para o Chile deve ser um pouco diferente, especialmente se esse modelo deverá servir para outros países menores e subdesenvolvidos da América Latina e de todo o mundo. É preciso mais tempo para organizar um eficiente "aperfeiçoamento do mercado de trabalho" por meio da extinção de sindicatos; [para produzir] mais desemprego, maior depressão salarial e semanas de trabalho mais longas, de modo a permitir não a simples exploração, que os trabalhadores sempre sofreram, mas um grau de superexploração que não permite nem mesmo a recomposição da força de trabalho - parte da qual, de qualquer forma, é dispensável em sua modesta proposta. Para concentrar a distribuição de renda o suficiente de modo a gerar um "mercado interno" para alguns bens de capital e seus derivados e serviços - alguns dos quais podem ser produzidos no Brasil, mas quase nenhum no Chile -; para centralizar e concentrar o capital o suficiente, deixando as empresas ineficientes “irem para o inferno” e unindo o restante em - ou com - monopólios fortes o suficiente para competirem no mercado mundial, como diz o presidente da SOFOFA, e, se isso não for possível, continuar a se acumular como partes integrantes de monopólios mundiais. Para reestruturar a economia chilena, realocando seus recursos de capital e trabalho e reorientando seus frutos de acordo com os incentivos do "mercado" imperialista mundial à produção, de modo a fornecer matérias-primas destinadas à exportação, para as quais o Chile possui “vantagens comparativas”, por meio de um capital que não é fornecido, mas sim apropriado por estrangeiros, em um momento em que assim o exige o capitalismo imperialista dirigido por crises. Para usar esse conjunto de ferramentas de modo a forjar a política monetária e fiscal "anti-inflacionária" e de “livre mercado” necessária para criar e dirigir os “incentivos de preços”, de maneira que os industriais e agricultores desejarem produzir e os consumidores se absterão de consumir de acordo com sua modesta proposta,



independentemente de suas mentalidades e atitudes. E, na medida em que a prática teimosamente se recusar a permitir o que é “possível em teoria”, os chilenos ignorantes, cuja mentalidade e atitude retrógrada não foram esclarecidas pela Universidade de Chicago, devem ser fuzilados, submetidos à fome, adoecidos, exilados e emocionalmente desequilibrados às dezenas e, depois, às centenas de milhares e mesmo aos milhões, para permitir o equilíbrio da economia chilena. O setor público tem de desaparecer, mas o Estado tem de ser reconstruído para exercer uma autoridade brutalmente eficiente em cuidar e alimentar o setor privado - e estrangeiro.

Arnold Harberger, Milton Friedman e Cia. Ltda., sua modesta proposta de equilíbrio parcial para os bens em geral não é nada sem suas próprias contradições internas. Mais do que isso, vocês não podem levar o crédito completo por esse programa de equilíbrio. Embora vocês e seus colegas e discípulos no Departamento de Economia da Universidade de Chicago possam ter dedicado duas décadas para desenhar esse programa e treinar tecnicamente os seus executores, foi necessário a ocorrência de outra grande crise política e econômica do capitalismo, análoga àquela da década de 1930, para mobilizar o apoio político e a força militar para instalar um governo capaz de pôr em marcha no Chile seu programa de equilíbrio e seus especialistas em equilíbrio— e você e Milton Friedman ainda estão esperando para colocar o mesmo programa, completado pela indexação ao estilo brasileiro, em prática na sua própria casa, para glória e benefício da burguesia nos Estados Unidos, a quem vocês servem fielmente, como testamenteiros e carrascos pagos.

/ Eu fiquei interessado ao ler no *El Mercurio* de 18 de dezembro de 1974 que você, senhor Harberger, fez uma segunda visita à sua terra dos sonhos e que

cinco meses depois, ele [Harberger] lamentava que seu diagnóstico da atual situação chilena é completamente diferente do que foi durante a sua visita anterior [...]. Ele diz que o Chile é o primeiro país que, com sucesso e em pouco tempo, saiu de uma situação de quase hiperinflação [...] sem violência [...]. [Não obstante,] as circunstâncias externas dificultarão que a taxa de crescimento [anteriormente previsto em 5%] continue [...]. É importante – de acordo com o professor – entender que as dificuldades não são devido à aplicação dos princípios da economia social de mercado, nem das ações dos administradores dessa economia. [É a] crise externa [...].

Talvez com sua caixa de ferramentas de Chicago a crise mundial não seria “previsível” há meio ano. Ou será que você previu erroneamente que os senhores Friedman, Harberger e Cia. encontrariam aplicação oportuna para os princípios de administração das crises do mercado social em outras partes do mundo? /



Quanto ao seu ex-aluno de pós-graduação, como vocês estavam certos, senhores Harberger, Friedman & Cia. Ltda., quando observaram e previram, há vinte anos, que eu não estava à altura de suas expectativas ou sua normalidade; que eu não tinha a atitude, a mentalidade e a moralidade que vocês compartilham com a Junta; que eu não estava à altura das medidas necessárias para instaurar tanto as condições de equilíbrio do assassinato em massa e do genocídio quanto de ser feito sob medida como um dos seus carrascos sanguinários. Venceremos¹²!

Andre Gunder Frank

Doutor em Economia

Universidade de Chicago, 1957

/ P.S.: Para não pensarmos que você e os seus, senhores Harberger, Friedman & Companhia, haviam trabalhado por tanto tempo e com tanta dedicação apenas para ver o seu modelo de sociedade florescer somente no Chile, no qual o General Pinochet nos lembra a todo o momento de sua “sorte” em ser quase uma ilha em um mar de tempestade, seria de bom tom levar a sério as opiniões da Junta e seus porta-vozes sobre a relevância do seu modelo e da experiência chilena para as questões mundiais. Aqui está uma pequena amostra das suas opiniões e conselhos, nos quais talvez eles não falem somente de si mesmos:

Sob o título de “Efetividade Administrativa”, *El Mercurio* (14 a 20 de outubro de 1974) publica em seu editorial:

Um panorama de greves que aniquilem a economia de um país, como na Itália, que era um país próspero até pouco tempo atrás, e um clima de terrorismo impune e generalizado em todo o mundo, fazem alguns apreciarem o clima de trabalho e tranquilidade pública que reina no Chile. Se adicionarmos que o presidente da Ford está denunciando o risco de uma “ditadura parlamentar” no país que é o berço do presidencialismo, a conclusão que emerge é que a demagogia e as sementes marxistas do ódio conduzem regimes políticos liberais à destruição pela politicagem e imoralidade. Sem sombra de dúvidas, o Chile realizou uma escolha oportuna e efetiva pelo melhor sistema possível em face da profunda crise destrutiva [...]”.

O membro da Junta, o General da Força Aérea, Gustavo Leigh¹³, observa que:

A França foi conduzida à ruína e está à beira do marxismo; a Itália é um Estado em comoção, no qual ninguém entende nada; e a Inglaterra é uma mistura de socialismo que ninguém entende. O mundo está em convulsão; atualmente, há

¹² Em espanhol, no original.

¹³ Jorge Gustavo Leigh Guzmán (1920-1999), tendo participado ativamente do golpe militar, foi comandante das Forças Aéreas Chilenas e membro da Junta Militar entre 1973 e 1978.



uma crise econômica e uma politização em grau extremo. Em contraste, neste canto do mundo, nós tivemos uma última oportunidade, que talvez nosso criador supremo tenha nos dado [...]. Nós sinceramente acreditamos que esse caminho é a última oportunidade para este país. Este governo pode ser o último que possui as ferramentas para eliminar a possibilidade de um governo marxista. Depois das Forças Armadas, cavalheiros, podemos dizer isso com toda a franqueza, não há mais nada no Chile. Machuca-me dizer isso, porque eu não gosto de dizê-lo. Mas, falem-me vocês mesmos, se não estou certo. O que resta depois das Forças Armadas chilenas? Essa última carta e essa última reserva foi jogada em 11 de setembro. Nós vencemos, mas..." (*El Mercurio*, 19 de outubro de 1974).

Jaime Guzman, membro do partido fascista *Patria y Libertad* e da Comissão de Redação da nova Constituição, explica as "características fundamentais do novo Estado":

Se até 1985 a civilização atual não tiver sido destruída pela guerra, que é um perigo que considero muito mais iminente do que muitos, acho que o sistema libertário de vida no qual a democracia ocidental se baseia só poderá se preservar se for capaz de romper com os falsos dogmas que estão nos levando à ruína. Entre os mais sérios, eu me permitiria citar: (a) o mito de uma "liberdade absoluta de expressão" [...]; (b) as fórmulas anacrônicas que regem as relações de trabalho. A prática da negociação coletiva e o direito de greve precisam ser redefinidos de acordo com os tempos [...]. Não posso, em 1975 e muito menos em 1985, conceber o direito irrestrito à greve como algo aceitável [...]; (c) o uso que o comunismo está fazendo das organizações internacionais [...]; (d) a crença de que a democracia deve aceitar a coexistência de marxistas-leninistas e democratas na vida cívica [...] porque a democracia precisa se proteger (*Que Pasa*, n. 193, de 2 janeiro de 1975, p. 43).

Para Francisco Orrego, diretor do Instituto de Estudos Internacionais da Universidade [Católica do Chile], o Terceiro Mundo é onde está o nosso futuro. O Chile (diz ele) pode atuar como uma ponte entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento, porque está entre os dois [...]. A ação chilena poderia assumir características de liderança - em um Terceiro Mundo com muitos governos militares - se houvesse uma política projetada e definida nessa direção. Eu gostaria de ver o General Pinochet se tornar o líder do Terceiro Mundo, e o Terceiro Mundo poderia entender e se beneficiar da experiência chilena (*Que Pasa*, n. 196, 23 de janeiro de 1975, p. 13). /

A.G.F

24 fev. 1975

CHOSSUDOVKY, Michel. The neo-liberal model and the mechanisms of economic repression – the Chilean case. Departamento de Economia, Universidade de Ottawa, Canada, nov. 1974, mimeo.



Sobre o autor

Doutor em Economia pela Universidade de Chicago. Em mais de cinco décadas de dedicação acadêmica, atuou como professor em departamentos de antropologia, economia, geografia, história, relações internacionais, ciência política e sociologia em nove universidades norte-americanas, cinco europeias, e três latino-americanas, incluindo a Universidade de Brasília (Unb). Reconhecido como um dos fundadores da Teoria da Dependência, e também por seus estudos em teoria das crises econômicas e em história econômica mundial, ao longo de sua trajetória teve mais de 1000 trabalhos publicados, incluindo 43 livros, em 30 idiomas.

O autor é o único responsável pela escrita do artigo.

Sobre os tradutores**Henrique Pereira Braga**

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre e Doutor em Ciências Econômicas, área de teoria econômica, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Gustavo Moura de Cavalcanti Mello

Graduado em Economia, Mestre e Doutor em Sociologia e Pós-Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutor em Sociologia pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Atualmente é Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e Pesquisador do CNPq.

